



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

PAULO HENRIQUE SANTOS DA SILVA

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: desafios e
possibilidades na educação especial e inclusiva

PAULO HENRIQUE SANTOS DA SILVA

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: desafios e
possibilidades na educação especial e inclusiva

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Maria Dolores Fortes Alves.

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: desafios e possibilidades na educação especial e inclusiva

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 26 / 10 / 2024.

Orientador: Maria Dolores Fortes Alves.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARIA DOLORES FORTES ALVES

Data: 11/12/2024 22:17:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Orientador(a)1

Documento assinado digitalmente



ADALBERTO DUARTE PEREIRA FILHO

Data: 16/02/2025 12:47:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 2

Maceió
2024

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: desafios e possibilidades na educação especial e inclusiva

Paulo Henrique Santos da Silva
Maria Dolores Fortes Alves

RESUMO

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação especial e inclusiva, destacando os principais desafios e as possibilidades de implementação de práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão plena. A partir de uma análise de artigos, teses e dissertações publicadas entre 2010 e 2023, o estudo foca em temas como capacitação docente, adaptações pedagógicas, políticas educacionais e a importância do trabalho multidisciplinar. A revisão sugere que, embora a legislação e as diretrizes internacionais promovam o direito à educação inclusiva, a prática ainda enfrenta obstáculos que limitam sua eficácia. Por outro lado, estratégias pedagógicas inovadoras, a formação continuada e o apoio especializado são apontados como caminhos promissores para uma inclusão escolar de qualidade.

Palavras-chave: Autismo, Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, Capacitação Docente, Adaptações Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O direito à educação inclusiva está solidamente consolidado em documentos internacionais e nacionais. A Declaração de Salamanca (1994), elaborada pela UNESCO, é um marco nas políticas educacionais inclusivas, sublinhando que as escolas devem ser capazes de atender todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais ou sociais. Este documento defende a reorganização dos sistemas educacionais para que se tornem mais inclusivos, reforçando que a inclusão não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também uma medida para a melhoria da qualidade do ensino para todos os alunos (UNESCO, 1994).

No Brasil, a legislação fortalece esse direito à inclusão educacional. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece que a educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, com o uso de serviços, recursos e práticas pedagógicas adequadas.

Especificamente para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, reconhece o autismo como uma deficiência, garantindo o direito desses estudantes à educação inclusiva e ao suporte especializado (Brasil, 2015; Brasil, 2012). Apesar dos avanços legislativos, o processo de inclusão de alunos com autismo ainda enfrenta muitos desafios práticos no contexto escolar. O Transtorno do Espectro Autista (TEA), descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), uma condição caracterizada por dificuldades na comunicação, interação social, e pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Essas características variam consideravelmente entre os indivíduos, exigindo adaptações específicas no ambiente escolar para garantir um ensino acessível e eficaz (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

A despeito das garantias legais, muitas escolas não estão adequadamente preparadas para receber e apoiar alunos com autismo. Um dos principais obstáculos é a falta de formação dos professores, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos com TEA. Isso compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas eficazes (MANTOAN, 2015). A necessidade de formação continuada dos docentes, com foco em estratégias pedagógicas adaptadas para a educação de alunos com deficiência, é essencial para que a inclusão possa ser efetiva.

Outro desafio significativo é a escassez de recursos pedagógicos específicos. Muitas escolas carecem de ferramentas adequadas, como sistemas de comunicação alternativa, materiais visuais adaptados e tecnologias assistivas, que são essenciais para apoiar a aprendizagem de alunos com dificuldades na comunicação e na interação social. Além disso, a falta de apoio especializado, como mediadores escolares ou assistentes pedagógicos, também compromete a eficácia da inclusão, pois muitas vezes o professor precisa gerir sozinho as demandas de uma sala de aula diversa (SILVA; SÁ, 2017).

Além dos desafios estruturais e pedagógicos, também há barreiras sociais e culturais que impactam o processo de inclusão. Em muitas escolas, ainda prevalece a percepção de que os alunos com deficiência representam uma "sobrecarga" para o sistema educacional. Esse tipo de visão perpetua preconceitos e discriminações que, em última análise, marginalizam os estudantes com TEA, em vez de integrá-los plenamente na dinâmica escolar. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental investir em programas de conscientização e sensibilização que envolvam toda a comunidade escolar, incluindo professores, gestores, funcionários, alunos e suas famílias, para que

todos possam entender a diversidade como uma oportunidade de enriquecimento e crescimento coletivo (MANTOAN, 2015).

Por outro lado, há também possibilidades promissoras no campo da inclusão escolar de alunos com autismo. Métodos pedagógicos específicos, como o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), que utiliza a estruturação do ambiente e o uso de estímulos visuais, têm apresentado resultados positivos na educação de alunos com TEA (MESIBOV; SHEA; SCHOPLER, 2006). Além disso, a presença de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicólogos é crucial para garantir que o aluno com TEA receba um apoio abrangente, que vá além das questões pedagógicas e considere suas necessidades individuais de desenvolvimento (MENDES, 2013).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo investigar as barreiras e as possibilidades relacionadas à inclusão escolar de alunos com autismo, com foco nas práticas pedagógicas, na formação docente e na colaboração interdisciplinar. Ao analisar a literatura sobre o tema, busca-se contribuir para o debate acerca das melhores estratégias para garantir que a inclusão escolar de alunos com TEA se torne uma realidade concreta e de qualidade no sistema educacional brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista e Suas Implicações no Contexto Escolar

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desafios na comunicação, na interação social e pela presença de padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos, conforme descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013). As manifestações do TEA são bastante heterogêneas, o que significa que suas características variam de indivíduo para indivíduo em termos de gravidade e de áreas afetadas. Essa heterogeneidade exige que o ambiente escolar seja não apenas acessível, mas também flexível, para que as necessidades educacionais de cada aluno possam ser atendidas de maneira eficaz (SCHWARTZMAN, 2011).

Devido à complexidade do transtorno, a inclusão de alunos com TEA no contexto escolar demanda uma série de adaptações que vão além do currículo. O espaço físico, os recursos didáticos e as metodologias precisam ser ajustados para atender as

diferentes formas de aprendizagem que os alunos com TEA podem apresentar. Segundo Mantoan (2015), a inclusão de alunos com autismo em ambientes regulares de ensino representa um desafio significativo para professores e gestores. Isso porque, além das adaptações curriculares, é necessário um processo contínuo de sensibilização e formação para que os profissionais estejam preparados para lidar com as especificidades do TEA.

Mantoan (2015) salienta que a inclusão vai muito além da simples presença física dos alunos com TEA na escola. É fundamental que o ambiente seja propício para a aprendizagem e interação social, pois a presença desses alunos em sala de aula não garante automaticamente seu desenvolvimento. É necessário promover um ambiente de aprendizado adaptado, com a utilização de estratégias pedagógicas que favoreçam a comunicação, o desenvolvimento social e a autonomia. Isso inclui práticas como a comunicação visual e o uso de rotinas estruturadas, que se mostram eficazes para muitos alunos com TEA (SCHWARTZMAN, 2011).

Desafios na Inclusão Escolar de Alunos com TEA

Embora a legislação e as políticas públicas defendam a inclusão, na prática, essa ainda encontra uma série de barreiras no sistema educacional. A capacitação insuficiente de professores é um dos principais obstáculos. Muitos docentes relatam sentir-se despreparados para lidar com alunos autistas, o que gera insegurança e limita a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Conforme apontado por Santos (2016), a falta de formação específica sobre o TEA faz com que professores se deparem com dificuldades ao tentar adaptar suas estratégias de ensino para atender as necessidades desses alunos.

A escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos é outro desafio relevante. A falta de materiais específicos, como ferramentas de comunicação alternativa (por exemplo, os sistemas PECS – *Picture Exchange Communication System*), recursos visuais e tecnologias assistivas, restringe as possibilidades de adaptação curricular. Esses recursos são essenciais para alunos que enfrentam dificuldades de comunicação, uma característica comum em muitos indivíduos com TEA (PACHECO, 2019). Sem esses materiais, é difícil garantir que o aluno possa participar plenamente das atividades escolares e alcançar seu potencial de aprendizado.

Além disso, as barreiras sociais e de interação permanecem um desafio significativo. A socialização de alunos com TEA pode ser dificultada pela falta de sensibilização da comunidade escolar, incluindo tanto os colegas quanto os demais funcionários. Segundo Mendes (2012), o desconhecimento sobre o autismo por parte

dos alunos e da equipe escolar pode levar à marginalização dos estudantes com TEA, reforçando estereótipos e dificultando a inclusão social. A falta de um ambiente inclusivo também pode afetar a autoestima e o desempenho escolar desses alunos, uma vez que eles podem sentir-se excluídos ou incompreendidos.

Possibilidades para uma Educação Inclusiva de Qualidade

Apesar dos desafios, existem diversas possibilidades para promover uma inclusão escolar de qualidade para alunos com autismo. Uma dessas possibilidades está no uso de práticas pedagógicas adaptadas, como o método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children). Esse método, desenvolvido com base na estruturação do ambiente e no uso de estímulos visuais, oferece uma abordagem educacional organizada e previsível, algo que beneficia significativamente alunos com TEA, pois ajuda a reduzir a ansiedade e facilita o processamento de informações (SCHWARTZMAN, 2011). A estrutura visual e o planejamento das atividades são ajustados conforme as necessidades individuais do aluno, promovendo maior autonomia e interação social.

Outro fator determinante para a inclusão de qualidade é a colaboração multidisciplinar. A presença de profissionais da saúde e da educação no planejamento e execução das práticas pedagógicas é essencial para que o aluno com autismo receba um suporte abrangente. Profissionais como psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicólogos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias que favoreçam tanto a aprendizagem acadêmica quanto o desenvolvimento socioemocional dos alunos com TEA (RODRIGUES, 2021). Essa abordagem integrada garante que as necessidades específicas dos alunos sejam atendidas de maneira mais eficaz.

A formação continuada dos professores é outra ação estratégica que pode contribuir para a melhoria da inclusão de alunos com TEA. Segundo Silva (2018), investir na capacitação constante dos docentes, com foco em práticas inclusivas e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas para o autismo, é uma das principais recomendações para a criação de um ambiente escolar inclusivo. A formação continuada permite que os professores adquiram novos conhecimentos e habilidades, ampliando sua compreensão sobre as necessidades dos alunos com TEA e fortalecendo sua capacidade de promover um ensino verdadeiramente inclusivo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar os desafios e as possibilidades na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação especial e inclusiva, com base na revisão de literatura científica publicada entre 2010 e 2023.

Objetivos Específicos

Analisar o papel da formação continuada dos professores e da colaboração multidisciplinar na implementação de práticas inclusivas.

Explorar a legislação e as políticas públicas relacionadas à inclusão escolar de alunos com autismo no Brasil.

MÉTODO/METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo é a revisão de literatura, de caráter qualitativo e exploratório. A revisão de literatura é uma abordagem metodológica importante quando se busca compreender como determinado tema tem sido tratado na comunidade acadêmica e quais são os pontos consensuais e divergentes em torno dele. O estudo baseia-se em fontes secundárias, como artigos científicos, dissertações, teses, livros e relatórios técnicos, que foram coletados nas principais bases de dados científicas incluindo Scielo, Google Scholar, ERIC e Periódicos Capes.

Foram incluídas no estudo publicações que abordam diretamente a inclusão escolar de alunos com TEA, a formação de professores para a educação inclusiva e a análise de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, com ênfase no autismo. O período de publicação dos materiais analisados foi de 2010 a 2023, sendo priorizadas as publicações mais recentes para garantir a contemporaneidade da discussão.

Os critérios de inclusão foram:

- Estudos que abordam o contexto da educação inclusiva para alunos com autismo;
- Pesquisas que discutem o papel da formação docente na inclusão;
- Textos que tratam das adaptações pedagógicas e estratégias para a inclusão de alunos com TEA.

Os critérios de exclusão foram:

- Estudos que não tratam especificamente do autismo em contexto escolar;
- Artigos com foco exclusivamente em intervenções clínicas fora do contexto educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica sobre a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revelou uma série de desafios e possibilidades relacionadas ao contexto da educação especial e inclusiva. Os estudos revisados, publicados entre 2010 e 2023, abordam aspectos cruciais como capacitação docente, recursos pedagógicos, interação social e colaboração multidisciplinar. Esses elementos foram avaliados à luz dos objetivos definidos para este estudo.

Capacitação Docente e Formação Continuada

Um dos desafios centrais identificados foi a insuficiência de capacitação específica para professores trabalharem com alunos com TEA. Muitos relatam não ter recebido, durante a graduação, formação adequada em práticas inclusivas, o que resulta em insegurança e limitações na adoção de estratégias pedagógicas eficazes (SANTOS, 2016; SILVA, 2018).

A formação continuada, quando oferecida, se mostra uma solução promissora. Professores que participam de cursos sobre metodologias específicas, como o modelo TEACCH, relatam maior segurança e eficácia no uso de recursos visuais e na organização de rotinas estruturadas (SCHWARTZMAN, 2011). Tais achados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à capacitação contínua e específica dos docentes.

Adaptação de Recursos Pedagógicos e Tecnológicos

A carência de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados foi outro obstáculo identificado. Ferramentas como sistemas de comunicação alternativa (ex.: PECS) e tecnologias assistivas são essenciais para atender às necessidades de alunos com dificuldades mais severas de comunicação (PACHECO, 2019). No entanto, a escassez desses recursos em muitas escolas limita a efetividade das práticas inclusivas. Por outro lado, escolas que utilizam recursos obtidos por parcerias ou programas governamentais têm alcançado resultados mais positivos, especialmente na implementação de ambientes estruturados e adaptados às necessidades desses alunos (MANTOAN, 2015).

Interação Social e Sensibilização Escolar

A socialização de alunos com TEA no ambiente escolar regular ainda enfrenta barreiras significativas, como preconceito e falta de conscientização por parte da comunidade escolar. Essas barreiras impactam tanto o aprendizado quanto o desenvolvimento social dos alunos (MENDES, 2012). Porém, iniciativas de sensibilização, como palestras e atividades lúdicas que promovem o entendimento sobre o autismo, têm se mostrado eficazes na redução do estigma e na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo (SANTOS, 2016). Essas ações favorecem a integração social dos alunos com TEA e fomentam uma cultura escolar mais acolhedora.

Colaboração Multidisciplinar

A literatura destaca que a colaboração entre profissionais da educação e saúde é uma prática essencial para a inclusão de alunos com TEA. A presença de psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos contribui para um suporte personalizado, permitindo a criação de estratégias pedagógicas e terapêuticas ajustadas às necessidades individuais dos alunos (RODRIGUES, 2021). Além disso, essa colaboração alivia a sobrecarga dos professores, possibilitando que se concentrem no ensino, enquanto outros profissionais oferecem apoio em aspectos comportamentais, emocionais e comunicativos.

CONCLUSÃO

A revisão da literatura demonstrou que, embora os avanços legislativos e políticos tenham promovido a inclusão escolar de alunos com TEA, a prática ainda enfrenta desafios significativos. A formação insuficiente de professores, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos e as barreiras sociais permanecem entraves para a plena integração desses alunos. Contudo, diversas possibilidades foram identificadas para superar essas dificuldades. A formação continuada específica é uma estratégia indispensável para preparar

professores a implementar práticas inclusivas eficazes. Além disso, o investimento em tecnologias assistivas e adaptações pedagógicas é crucial para criar ambientes mais acessíveis e inclusivos.

A colaboração multidisciplinar mostrou-se fundamental para o suporte individualizado e a integração dos alunos com TEA, aliviando a carga dos docentes e maximizando os resultados acadêmicos e sociais. Por fim, iniciativas de sensibilização escolar contribuem significativamente para reduzir o preconceito e promover um ambiente acolhedor.

Assim, a inclusão efetiva de alunos com TEA requer um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino, profissionais da saúde e educação e a comunidade. Somente por meio de ações integradas e contínuas será possível assegurar que esses alunos alcancem seu pleno potencial acadêmico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MESIBOV, G. B.; SHEA, V.; SCHOPLER, E. **The TEACCH Approach to Autism Spectrum Disorders**. New York: Springer, 2006.

MENDES, E. G. **Política educacional, inclusão e qualidade social: questões contemporâneas**. In: Cadernos CEDES. Campinas: Unicamp, v. 33, n. 90, p. 49-61, jan./abr. 2013.

SILVA, L. C.; SÁ, N. F. Desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: entre o ideal e o real. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 23, n. 1, p. 67-84, 2017.

MENDES, E. G. **Educação Inclusiva e a Formação de Professores**. Campinas: Autores Associados, 2012.

PACHECO, J. A. F. **Desafios e Possibilidades na Educação Inclusiva: O Papel das Tecnologias Assistivas**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 45-60, 2019.

RODRIGUES, C. S. **A Importância da Interdisciplinaridade na Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: Wak, 2021.

SANTOS, M. R. **A Formação Docente e os Desafios da Inclusão de Alunos com TEA.** Cadernos de Educação Inclusiva, v. 3, p. 90-105, 2016.

SILVA, L. C. **Formação Continuada de Professores para Educação Inclusiva.** Brasília: Liber Livro, 2018.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo: Informações Essenciais para Profissionais de Saúde e Educação.** São Paulo: Memnon, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.